



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000328-51.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **EDSON CESAR MANOPELLI**  
 Requerido: **ANDREIA CRISTINA PEREIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Edson Cesar Manopelli move ação de indenização por dano material contra Andreia Cristina Pereira. Aduz que em 06/12/2017 envolveu-se em uma discussão com a ré junto com seu esposo, o Sr. Ivan, em razão de um relacionamento amoroso que o autor manteve com este. Na ocasião, afirma que a ré portava um instrumento energizado, e o agrediu desferindo-lhes golpes de choque. Relata que, no período noturno do mesmo dia, a ré com seu esposo compareceram em frente ao seu local de trabalho, e lá, durante uma nova discussão, a ré começou a bater com um capacete em seu veículo, sendo atingidos o capô, o para-choque traseiro, o retrovisor esquerdo, a porta do motorista e as lanternas traseiras. Acrescenta ainda que o Sr. Ivan arremessou ao chão seu celular. Sustenta que o valor para o conserto do veículo, conforme apresentado nos orçamentos, foi de R\$ 5.908,00 e por esta razão requer que seja julgada procedente a ação para condenar a ré à indenização do referido valor a título de danos materiais.

Em audiência, a ré ofertou contestação oral em que nega a ocorrência dos fatos alegados na inicial e sustenta desconhecer o autor e seu veículo. A conciliação resultou infrutífera (fl. 13).

Em manifestação sobre a contestação (fls. 14/15), o autor alega que os documentos de fls. 2/4 comprovam que a ré o conhecia. Ademais, afirma que não foram



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

impugnados os documentos juntados, de modo a torna-los presumidamente verdadeiros.

Despacho de fl. 16 em que o juízo confere às partes a oportunidade de produzir novas provas.

Em audiência de instrução e julgamento (fls. 38/47), foram ouvidas as testemunhas arroladas pelas partes e o juízo converteu o julgamento em diligência. Foi requisitado o encaminhamento da cópia integral do procedimento investigatório instaurado a partir do B.O 3518/2017 emitido em 06/12/2017 e do laudo pericial relativo ao dano no veículo.

Laudo pericial e cópia integral do procedimento investigatório instaurado a partir do B.O 3518/2017 às fls. 54/71.

Considerações finais da ré em que reitera não conhecer o autor e aponta que os depoimentos das testemunhas foram contraditórios (fl. 83).

**É o relatório. Decido.**

Cuida-se de ação de indenização por dano material ajuizada pelo autor Edson Cesar Manopelli contra a ré Andreia Cristina Pereira.

Não há preliminares a serem analisadas, passo direto ao mérito.

O pedido é procedente.

Com efeito, o autor logrou êxito em comprovar os fatos constitutivos de seu direito, vejamos: a) o laudo pericial de vistoria veicular (fls. 67/71) demonstra que de fato o veículo de sua propriedade sofreu danos provocados por agentes contundentes. Cabe dizer, a propósito, que as regiões atingidas descritas pelo laudo convergem com as que o autor narra na inicial; b) as testemunhas arroladas (fls. 42/44) confirmam a versão de que a ré golpeou o veículo com um capacete em frente ao supermercado COGEB. E sobre isso, é necessário esclarecer que não há qualquer contradição nas alegações dos depoentes. O que se pode notar é apenas uma sutil divergência quanto à interpretação da situação vislumbrada, o que é perfeitamente possível e não se afigura ser algo relevante ao caso, pois, no bojo, as narrativas são coerentes e muito se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

assemelham.

Em contrapartida, era ônus da ré comprovar os fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do art. 373, inc. II do Código de Processo Civil, todavia, essa não o fez. Isso porquanto, limita-se apenas em negar os acontecimentos, não apresentando qualquer prova consistente que pudesse embasar sua negativa.

Sob esta ótica, entendo que os depoimentos dos informantes (fls. 45/47), nesse caso, não foram satisfatórios no sentido de trazer a este juízo o convencimento de que a ré não estava no local no momento do episódio em questão. Principalmente porque, na qualidade de informantes, não possuem a mesma força probatória que as testemunhas que presenciaram o acontecimento e não possuem vínculo de parentesco ou amizade com as partes.

Referente ao valor da indenização, a ré não apresenta qualquer impugnação.

Ademais, foram apresentados três diferentes orçamentos, sendo que o que embasou o pedido é o de menor valor, amoldando-se, pois à jurisprudência pátria.

Posto isto, julgo PROCEDENTE a presente ação para condenar a ré Andreia Cristina Pereira ao pagamento da quantia de R\$ 5.908,00 para Edson Cesar Manopelli a título de danos materiais, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde o ajuizamento desta ação e juros moratórios de 1% ao mês desde a data do evento lesivo.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado.

P.I.

São Carlos, 26 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**